

A inovação tecnológica na Universidade Federal da Paraíbaⁱ

Cleverton Rodrigues Fernandes

Introdução:

Após cinco anos da criação da Universidade da Paraíba foi promulgada a Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960 que a federalizou, passando a ser denominada Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Uma universidade multi-*campi* que, inicialmente, integrava as cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Em 2002 a UFPB passou por uma reestruturação. A Lei nº. 10.419 de 09 de abril de 2002 criou a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e, como consequência, os *campi* de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa passaram a integrar a UFCG. Por outro lado, a UFPB passou a contar com os seguintes *campi*: João Pessoa, Areia e Bananeiras. Em 2005 o *campus* do Litoral Norte (abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto) ampliou essa estrutura.

A inovação, numa perspectiva conceitual ampla, sempre esteve presente na UFPB, todavia, o foco mais restrito em inovação tecnológica, mais especificamente na proteção e consequente negociação das produções industriais, só obteve relativo destaque no início da década de 1980. Estimulados pelas ações de divulgação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), pelo Código da Propriedade Industrial, Lei nº. 5.772 de 21 de dezembro de 1971, e por certa “inspiração” de práticas de pesquisadores estrangeiros; alguns pesquisadores da UFPB passaram a requerer a proteção de suas criações. A pesquisa que resgata os movimentos pró-proteção industrial das décadas de 1980 e 1990, nessa universidade, ainda está em andamento. Ainda assim, é possível constatar resquícios (ver Quadro 1).

Ano:	Tecnologia:	Número:
1982	Radiômetro Auto-Compensado.	PI 8203799-1
1982	Sistema automático para medida das pressões sistólicas e diastólicas.	PI 8204794-4
1983	Processo de obtenção de biopolímeros por fungos gelatinosos.	PI 8306340-4
1985	Envasador para sêmem.	MU 6501909-1
1986	Pistola para inseminação artificial em bovinos, caprinos, ovinos, equinos e transferidor de embrião em bovinos.	MU 6600069-6
1986	Processo de espelhamento de múltiplas reflexões em lâmpadas incandescentes.	PI 8603149-0
1986	Mini-Infiltrômetro.	PI 8603659-9
1986	Vaginoscópio para caprinos e ovinos.	MU 6601532-4
1988	Sistema para detecção de apnéia.	PI 8804107-7
1992	Obtenção de película biológica a partir da cera de abelha (<i>Apis Mellifera</i>) Was-Film.	PI 9204550-2
1993	Etilômetro eletrônico.	MU 7300232-1
1993	Lactômetro eletrônico.	MU 7300233-0
1993	Aquômetro eletrônico.	MU 7300234-8

Fonte: Resultado da pesquisa na página do INPI em 27 de março de 2014.

Quadro 1 – *Primeiros pedidos de proteção intelectual.*

O Quadro 1 apresenta algumas tecnologias depositadas pela UFPB e disponíveis na página virtual do INPI. Há, contudo, outras tecnologias documentadas e arquivadas no NIT-UFPB, a exemplo da PI 8207689 (de 1982) que trata do “medidor de nível eletrônico”, que ainda estão sendo resgatadas. Esse movimento inicial, sem uma razão evidente, veio a sucumbir no primeiro semestre de 1996, conforme se inferiu nos documentos da época.

Como se percebe, tratar da temática inovação e tecnologia a partir de uma universidade com mais de 50 anos de existência é um desafio. Mesmo assim, sabe-se da relevância de um resgate histórico minucioso, acurado e continuado que preserve a memória de uma instituição. Para realizar uma tarefa como esta, requer-se maturidade, disciplina e tempo para tal estudo histórico longitudinal. Assim, apesar das boas intenções motivadoras deste relato, é necessário apresentar logo de início o alcance limitado dos resultados. Ou seja, sem qualquer atitude pretensiosa, buscou-se destacar superficialmente o movimento recente (de 2004 a 2014) da inovação tecnológica, incluindo Propriedade Intelectual (PI) e transferência de tecnologia, na UFPB a partir da ótica da equipe do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Isso não desmerece as outras perspectivas e experiências históricas, tanto de pesquisadores como de técnicos-administrativos, que possam corroborar com a memória da cultura da inovação na UFPB. De qualquer modo, por questões de tempo optou-se pelo recorte temporal retrospectivo dos últimos 10 anos; e devido à limitação de espaço, priorizou-se uma perspectiva “unívoca” e a partir do NIT-UFPB. E, apesar das limitações, entendeu-se que o resultado alcançado foi e é relevante para compor esse quadro (ou filme) histórico.

Como fontes deste relato foram utilizadas: observações participantes, entrevistas e documentações do NIT-UFPB. A “coleta e análise” foram respectivamente: fracamente sistemática, porém continuada; e fruto da interpretação prioritariamente do autor (os integrantes do NIT-UFPB, durante o recorte, também colaboraram). A investigação teve início em julho de 2011, finalizando em março de 2014.

Este capítulo é subdividido em quatro partes. Esta introdução; o “recomeço”, que trata da reestruturação de um setor que tratasse da PI na UFPB; a Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT), que foca o período pós-institucionalização desse setor e que passou a estruturar o NIT-UFPB; e, por fim, a Agência UFPB de Inovação Tecnológica, um recém-criado órgão suplementar que absorveu e extrapolou as funções do NIT-UFPB. Nesse último subitem, por se tratar de fatos muito recentes (até a submissão desse relato), incorporou-se as considerações finais, envolvendo as projeções futuras, os desafios e as tendências.

Recomeço: o Núcleo de Propriedade Industrial

Com o advento da Lei de Inovação (Lei nº. 10.973 de 02 de dezembro de 2004), muitas Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a se articular para constituir ou reestruturar os seus NIT (um termo genérico adotado na Lei de Inovação). Com exceção de algumas poucas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e IES; como é o caso da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que já detinham estruturas bem desenvolvidas que tratavam da inovação tecnológica; a grande maioria das instituições carecia de um órgão como esse. Como consequência, as proteções tecnológicas ou não ocorriam ou eram realizadas por pesquisadores isoladamente.

Na UFPB, como já tratado na introdução, as proteções em sua maioria não eram provenientes de ações individualizadas. Eram, ao contrário, estimuladas institucionalmente pela Resolução nº. 103 de 16 de julho de 1982, que estabelecia normas para fins de registro e contratos de participação relativos a inventos oriundos de pesquisas realizadas na UFPB; e pela atuação do NIT desde o início da década de 1980. O termo NIT, inclusive, já era adotado para designar genericamente este órgão na UFPB, conforme documentos da época. Além disso, este órgão era instalado no *campus* de Campina Grande (no Centro de Ciência e Tecnologia - CCT).

Apesar da denominação genérica, o NIT-UFPB adotou durante os anos 1980 e 1990 as seguintes denominações: NIT-PB e Coordenação Geral de Ciência e Tecnologia (CGCT), ambos vinculados à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa que, nessa época, também era localizada em Campina Grande. No início, as figuras dos coordenadores Prof. Geraldo Targino da Costa Moreira, entre 1982 a 1986; Prof. Rômulo Marinho do Rêgo, entre 1986 a 1988; e Prof. José Soares, entre 1989 a 1993; foram primordiais para a disseminação da cultura da inovação, “aprimoramento” da gestão da inovação tecnológica, bem como da manutenção dos títulos protegidos. Nos últimos anos, entre 1994 e 1996, a secretária Marinalva Colaço propiciou certa manutenção da existência do NIT.

Em 1996, o NIT-UFPB veio a esmaecer. Por outro lado, destaca-se a figura do Prof. Carlos Antônio Cabral dos Santos (mais conhecido como Prof. Cabral) que, juntamente com outros pesquisadores, elaborou um dos primeiros pareceres tecnológicos para o NIT, referente a um projeto de criação de uma “Árvore de Comando de Válvulas”. O papel desse professor, nesse caso específico, se assemelharia ao de um conselheiro científico-tecnológico que só viria a ser institucionalizada em 2005, como veremos adiante.

Entre os anos de 1996 a 2003 há uma espécie de vácuo no que se refere à proteção intelectual na UFPB. A atuação do NIT-PB, nesse período, não foi documentada e requer uma investigação mais apurada. No final de 2004, ano da promulgação da Lei de Inovação, o Prof. Severino Jackson Guedes de Lima juntamente com o Prof. Cabral visaram “criar” (na realidade, reestruturar) um NIT para a UFPB. Nesse momento os vestígios documentais, relativos ao primeiro NIT, estavam arquivados e os referidos professores não tiveram acesso a eles. Assim, eles pouco sabiam da atuação outrora desempenhada por um NIT nessa universidade.

Os dois professores da UFPB uniram esforços com outros da Universidade Federal da Bahia (representada por Cristina Quintella e Ednildo Torres), da Universidade Federal de Sergipe (na figura de Gabriel Francisco da Silva, Roberto Rodrigues de Souza e Mário Valério) e do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (através de Djane Santiago da Silva e Heloisa Lucia Castellar Pinheiro) para participarem da chamada pública do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Edital 02/2006. A proposta se constituía na criação, implantação e fortalecimento da Rede NIT do Nordeste (Rede NIT-NE).

O projeto foi iniciado ainda em 2004, financiado pelo Fundo Verde Amarelo e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e foi o pioneiro na região Nordeste. Na realidade, entre 2004 e 2005, as quatro instituições constituíram um único NIT que foi denominado Núcleo de Propriedade Intelectual (NPI). O NPI passou a dar assistência técnica e de informações sobre PI no âmbito dessas instituições âncoras. A lógica era em “rede” e, como tal, visava à adesão de outras ICT/IES, o que aconteceu durante os anos subsequentes.

Entre os objetivos dessa Rede destacam-se: a promoção da cultura da PI de dentro para fora das instituições abarcando material de divulgação, cursos itinerantes, palestras, seminários, feiras tecnológicas e formação de agentes de propriedade intelectual; e o apoio à regulamentação da PI nas referidas instituições. Entre os mecanismos gerenciais de execução “multi-institucional” destacam-se:

a) o NPI era gerido pelo Coordenador do Projeto que, também, coordenava a Comissão Executiva na figura da Profª. Cristina Quintella; e

b) o Conselho Científico-Tecnológico (CCT), que era formado por pesquisadores de experiência reconhecida em Ciência, Tecnologia e Inovação e por empresários de destaque, e que assessoravam o NPI nas avaliações dos méritos das criações submetidas (a atuação do Prof. Cabral em 1996 se aproximou a um conselheiro, conforme destacado anteriormente).

O NPI tinha sua sede na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que tanto atuava na UFBA como no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia; enquanto que a UFPB e Universidade Federal de Sergipe tinham coordenações formadas genericamente por: um coordenador, um vice-coordenador, uma secretária e bolsistas. Todas as unidades do NPI estavam vinculadas, ou deveriam estar vinculadas, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) de suas instituições.

A coordenação do NPI na UFPB ainda não tinha a vinculação formal à PRPG, por isso foi constituída uma minuta de resolução para sanar esta questão ainda em 2005. Entre 2005 e 2006 o núcleo da UFPB passou a ser denominado informalmente como Coordenação de Inovação Tecnológica (CIT). Nesse período foram elaboradas sua missão e visão, que em linhas gerais permanecem inalterados, respectivamente:

a) disseminar a cultura e a necessidade de proteção aos bens intangíveis da UFPB e de seus pesquisadores focados na valoração da Produção Intelectual em consonância com a Lei de Inovação; e

b) estabelecer formas de proteger a produção da instituição e de seus pesquisadores em relação aos bens intangíveis que possam vir a serem revertidos em bens econômicos.

Ainda em 2005 a UFPB foi uma das pioneiras na busca por institucionalizar o Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC). Além disso, entre os anos de 2005 e 2006 realizou e participou de divulgações internas (incluindo os *campi* de João Pessoa, Areia e Bananeiras) sobre inovação tecnológica, participou de programas de redação de patentes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), atuou em Congressos Internacionais de Proteção Intelectual e de cursos de PI para gestores de tecnologia. O que demonstra, desde o início, o empenho dos professores Severino Jackson Guedes de Lima e Carlos Antônio Cabral dos Santos em se capacitar, disseminar a cultura da inovação, estruturar um NIT atuante e bem representar a UFPB sobre a temática nos eventos relativos ao tema.

A Coordenação Geral de Inovação Tecnológica

A dedicação dos professores Severino Jackson Guedes de Lima e Carlos Antônio Cabral dos Santos refletiu no convencimento da importância legal da existência de um NIT na UFPB e, com o apoio do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa (Prof. Isac Almeida de Medeiros), foram vitoriosos em seu pleito em 31 de agosto de 2006. Nesse dia foi criada a atual Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT), vinculada a PRPG dessa universidade. A Resolução nº. 15, publicada em 12 de dezembro de 2006, criou a CGIT que

teve como uma das suas atribuições implantar a infra-estrutura do NIT-UFPB, integrado pelo Conselho Científico Tecnológico (CCT). Essa coordenação ficou no lugar da antiga Coordenação Geral de Capacitação Docente (CGCD).

Apesar da conquista, a Resolução nº. 15/2006 é muito limitada e pouco detalhou sobre as funções da CGIT e do NIT-UFPB. Isso causou certa confusão, pois a CGIT não tinha legitimidade junto a Rede NIT-NE (que reconhecia apenas a figura do NIT-UFPB); por outro lado, o NIT-UFPB ainda não tinha sido institucionalizado na universidade como tal, cabendo a CGIT esse papel. Ou seja, na prática a CGIT passou a ser o NIT-UFPB. Contudo, faltavam subsídios legais internos que explicitasse essa figura, bem como, detalhasse seu regimento interno. Além disso, a UFPB permaneceu com a caduca Resolução nº. 103/1982 para tratar da matéria de PI. Urgia, assim, novas ações “institucionalizantes”. De qualquer modo, a CGIT já era “um primeiro passo” rumo a isso.

Pouco tempo depois da aprovação da Resolução nº. 15/2006 pelo Conselho Universitário da UFPB, o Prof. Cabral foi nomeado, pela Portaria SRH nº. 912 de 26 de setembro de 2006, o “Coordenador de Inovação Tecnológica” (na realidade, o Coordenador Geral de Inovação Tecnológica) em exercício a partir de 01 de outubro de 2006. Sua atuação como coordenador permaneceu até dezembro de 2012. O Quadro 2 apresenta os integrantes da CGIT (NIT-UFPB) durante os anos de 2005 a 2012.

Anos:	Integrantes:
2005.2-2006.1	Severino Jackson Guedes de Lima, Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva e Manuella Pereira da Silva.
2006.2-2007.2	Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva, Maria Gorete de Figueiredo e Manuella Pereira da Silva.
2008.1-2009.2	Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva, Maria Gorete de Figueiredo, Manuella Pereira da Silva e Carlos Fernando Lopes de Oliveira.
2010.1-2011.1	Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva, Maria Gorete de Figueiredo, José Carlos de Urquiza e Silva, Rosimeri Barboza de Abreu, Michelly Felício Pedrosa e João Francisco Fernandes Neto.
2011.2	Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva, Maria Gorete de Figueiredo, José Carlos de Urquiza e Silva, Cleverton Rodrigues Fernandes, João Francisco Fernandes Neto e Renata Leitão Guedes.
2012.1	Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva, Maria Gorete de Figueiredo, Cleverton Rodrigues Fernandes, João Francisco Fernandes Neto, Renata Leitão Guedes e João Paulo da Silva Bezerra.
2012.2	Carlos Antônio Cabral dos Santos, Marcelino Rodrigues da Silva, Maria Gorete de Figueiredo, Cleverton Rodrigues Fernandes, João Francisco Fernandes Neto e Tiago Toni Carvalho Barbosa.

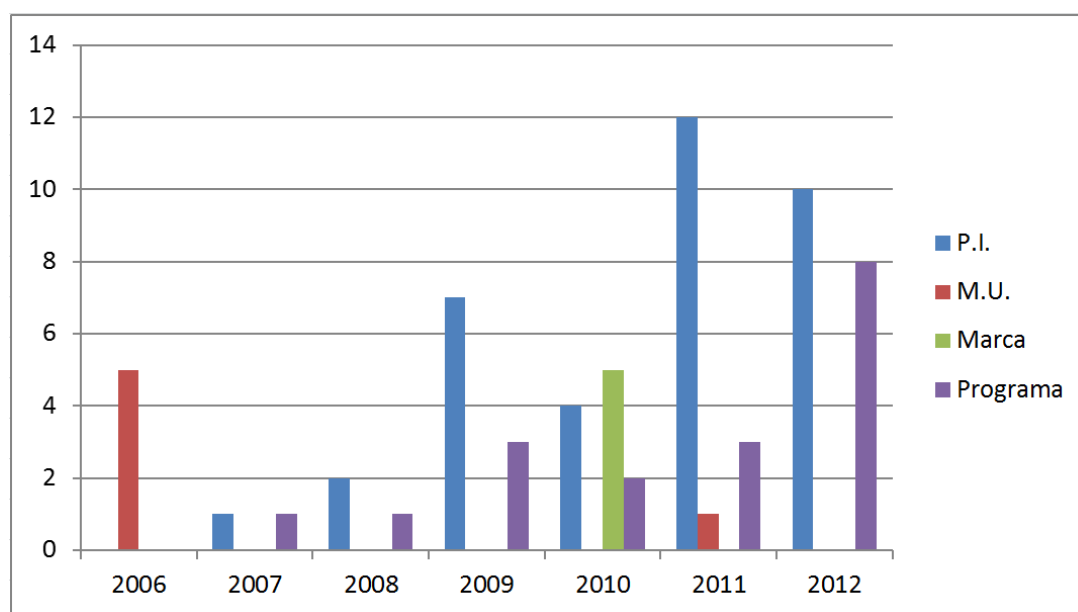
Fonte: Resultado da pesquisa interna, 2014.

Quadro 2 – *Integrantes da CGIT entre 2005 e 2012.*

A estrutura organizacional da CGIT envolvia, em termos gerais: um coordenador (Carlos Antônio Cabral dos Santos), um vice-coordenador (Marcelino Rodrigues da Silva), uma secretária (Maria Gorete de Figueiredo, uma técnica cedida do Instituto Brasileiro de

Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT), um agente de propriedade intelectual (José Carlos de Urquiza e Silva, um servidor aposentado do INPI e bolsita DTI-3 da CGIT), um servidor técnico-administrativo (Cleverton Rodrigues Fernandes) e bolsistas do CNPq. Tinha-se o propósito de subdividir a CGIT, além do Conselho Científico e Tecnológico (denominado internamente de “CONPITEC”), em quatro assessorias: a de patentes e marcas, a de *softwares*, a de transferência de tecnologia e a de treinamento e recursos humanos. No entanto, com exceção do Conselho que teve atuação bastante restrita, nunca se efetivaram.

Fora as participações em eventos da área, divulgações internas e promoções de treinamentos (“mãos-na-massa”) e palestras, a CGIT retomou as atividades de proteção e manutenção da PI da UFPB. As primeiras tecnologias a serem tuteladas pelo NIT-UFPB foram cinco Modelos de Utilidade provenientes do CNPq. Antes, o CNPq realizava as proteções. Em 2006, essas tecnologias tiveram suas titularidades transferidas para a UFPB. O Gráfico 1 apresenta as PI protegidas pela UFPB entre os anos de 2006 a 2012. Acumulado, entre 2006 e 2012, o NIT-UFPB detém: 36 Patentes de Invenção (P.I.), 06 Modelos de Utilidade (M.U.), 05 Marcas e 18 Programas de Computador.



Fonte: Resultado da pesquisa interna, 2014.

Gráfico 1 – *Proteções tecnológicas da CGIT entre 2006 e 2012.*

Entre outros avanços recentes da CGIT é possível destacar: a consecução em rede do termo aditivo ao Edital 02/2006 (fase II), adicionando aproximadamente R\$ 105 mil reais para a gestão do NIT-UFPB; dotação orçamentária anual proveniente da PRPG para as taxas da PI no valor de R\$ 19.019,16; a assinatura do contrato de licenciamento dos softwares APOL® e WebSeek®, para dar suporte a gestão da PI, com custo de R\$ 11.234,16; criação da

website da CGIT, no início de 2012 (www.cgит.net.br); e as parcerias tecnológicas com o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), com a Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), com o FORTEC, com a Axonal Consultoria Tecnológica, com a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP/INPI), com o Laboratório Aché e com o Laboratório Cristália. Em 2012, por exemplo, foi realizado o primeiro pedido de patente internacional, nos Estados Unidos (fruto da parceria com o MIT): o “Sistema e Método para Fornecer Substância em Tecidos Mineralizados Nanoporosos” (tradução nossa). Ainda nesse ano foi negociada a primeira parceria de desenvolvimento tecnológico e transferência tecnológica envolvendo o Laboratório Cristália, o Centro de Biotecnologia da UFPB e a CGIT.

A CGIT, até meados de 2011, atuava predominantemente de modo isolado. Anos antes já se verificava esse isolamento, por isso buscou-se parcerias. Encabeçada pela CGIT, o Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT) da UFCG, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (SEBRAE-PB), a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP-PB), o Instituto Euvaldo Lodi da Paraíba (IEL-PB), o NITT-UEPB e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária na Paraíba (EMBRAPA-PB) buscaram estruturar uma atuação em “rede”. A formação da Rede NIT da Paraíba (Rede NIT-PB) teve quatro reuniões. A última, realizada no dia 13 de maio de 2011, visou tratar da organização e atuação dessa Rede. Contudo, nos anos seguintes (2012 e 2013) as negociações não avançaram o que impediu a efetivação dela.

Abro um “parêntese” para fazer uma “auto-apresentação a posteriori”. Minha atuação na CGIT teve início no segundo semestre de 2011. Pouco antes disso, fui professor efetivo de administração do *campus* de Bananeiras. Como havia sido aprovado no concurso de técnico-administrativo para o *campus* de João Pessoa (contribuindo para solucionar questões pessoais), e sabendo, através do Prof. Anielson Barbosa da Silva, que ficaria lotado no NIT-UFPB (desde 2008 venho me dedicando a pesquisa na temática “*inovação e informação tecnológica*”) tomei a decisão de abdicar da docência provisoriamente. Entendi ser a chance de contribuir efetivamente com minha instituição e minha formação. Assim, iniciei a pesquisar parcialmente o NIT-UFPB e a aprender a geri-lo.

Passei a verificar, por exemplo, alguns fatores limitantes a atuação da CGIT, entre eles, destacam-se: a escassez de técnicos permanentes e capacitados para lidar com a manutenção das PI, bem como das negociações e transferências de tecnologias; ausência de um sistema de informação que ajudasse na gestão da PI (sanado com o licenciamento dos *softwares* APOL[®] e WebSeek[®]); a estrutura física reduzida e defasada (por exemplo, computadores obsoletos); e a atuação muito restrita ao *campus* de João Pessoa (apesar de

algumas ações isoladas nos demais *campi*). Sobre esse último gargalo, em 2011.2 era evidente que institucionalmente a CGIT não teria “força” para abarcar uma universidade multi-*campi*. No final do ano de 2012, comecei a unir esforços para criar uma Agência de Inovação; capaz de atuar de forma mais autônoma e com representatividade nos *campi* da UFPB.

Novos horizontes: a Agência UFPB de Inovação Tecnológica

No primeiro semestre de 2013, a equipe da CGIT passa por uma considerável mudança. O Prof. Petrônio Filgueiras de Athayde Filho passa a ser o coordenador, e a figura do vice-coordenador é extinta. Os demais integrantes entre os anos de 2013 e 2014 podem ser vistos no Quadro 3.

Anos:	Integrantes:
2013.1	Petrônio Filgueiras de Athayde Filho, Cleverton Rodrigues Fernandes, Carlos Eduardo de Miranda Henriques Porto, Tiago Toni Carvalho Barbosa e Adolfo Augusto Bacelar de Athayde.
2013.2	Petrônio Filgueiras de Athayde Filho, Cleverton Rodrigues Fernandes, Carlos Eduardo de Miranda Henriques Porto, Tiago Toni Carvalho Barbosa, José Breno Falcão dos Santos, Rayssa Thyanne Nobrega Ernesto e Adolfo Augusto Bacelar de Athayde.
2014.1	Petrônio Filgueiras de Athayde Filho, Cleverton Rodrigues Fernandes, Carlos Eduardo de Miranda Henriques Porto, Tiago Toni Carvalho Barbosa, José Breno Falcão dos Santos, Gabriel Borges da Costa Schmitt, Rayssa Thyanne Nobrega Ernesto, Adolfo Augusto Bacelar de Athayde e Laís Arruda Sousa de Miranda Porto, no <i>campus</i> de João Pessoa; Djail Santos, José Felipe Silva de Sales e José Wellington Lopes da Silva, no <i>campus</i> de Areia; Italo de Souza Aquino, Ilma da Silva Lima e Adamastor Pereira Barros, no <i>campus</i> de Bananeiras; e Leandro Lopes Pereira e Ana Caline Escarião, no <i>campus</i> do Litoral Norte.

Fonte: Resultado da pesquisa interna, 2014.

Quadro 3 – *Integrantes da CGIT entre 2013 e 2014.*

Ainda no início do ano de 2013 foram dedicados esforços para estruturar uma minuta de resolução que criasse uma Agência de Inovação na UFPB, com características de órgão suplementar e vinculado diretamente à Reitoria. Isso, em nossa visão, auxiliaria na agilidade de tramitação documental, na tomada de decisões relativa à matéria de PI, no aumento dos recursos orçamentários e no reconhecimento e atuação de um órgão com maior “autoridade”, “legitimidade” e em múltiplos *campi*.

Para tanto, foi realizada uma busca por modelos de outras agências de inovação brasileiras, a exemplo da: Agência de Inovação da UNICAMP, Agência USP de Inovação (da Universidade de São Paulo), Agência de Inovação da Universidade Federal do Paraná, Agência UFRJ de Inovação (da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Agência de Inovação da Universidade Federal de São Carlos, Agência de Inovação e Propriedade Intelectual da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Agência de Inovação da Universidade do Estado do Amazonas. Fora esses exemplos diretos, a criação do Instituto UFPB de

Desenvolvimento da Paraíba (IDEP-UFPB), pela Resolução nº. 32 de 14 de setembro de 2011, também contribuiu para acelerar a criação da Agência UFPB de Inovação Tecnológica.

O IDEP-UFPB é um órgão suplementar que tem como missão produzir, disseminar e promover a aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba. Ele se assemelha a função do NIT-UFPB no que se refere a “ponte” entre a academia e o setor empresarial (de forma ampla, o mercado), bem como no fomento a pesquisas voltadas a inovações tecnológicas indutoras do desenvolvimento econômico desse Estado. Como o IDEP-UFPB, entre seus oito eixos temáticos, visa tratar da Inovação Tecnológica, a aproximação com o NIT-UFPB foi estreitado politicamente e, atualmente, ambos trabalham harmoniosamente, o primeiro induzindo novas pesquisas tecnológicas para sanar problemáticas loco-regionais, enquanto o segundo realiza e mantém as proteções das PI, além da transferência das tecnologias para o mercado e/ou de firmar contratos de parcerias de pesquisa e desenvolvimento.

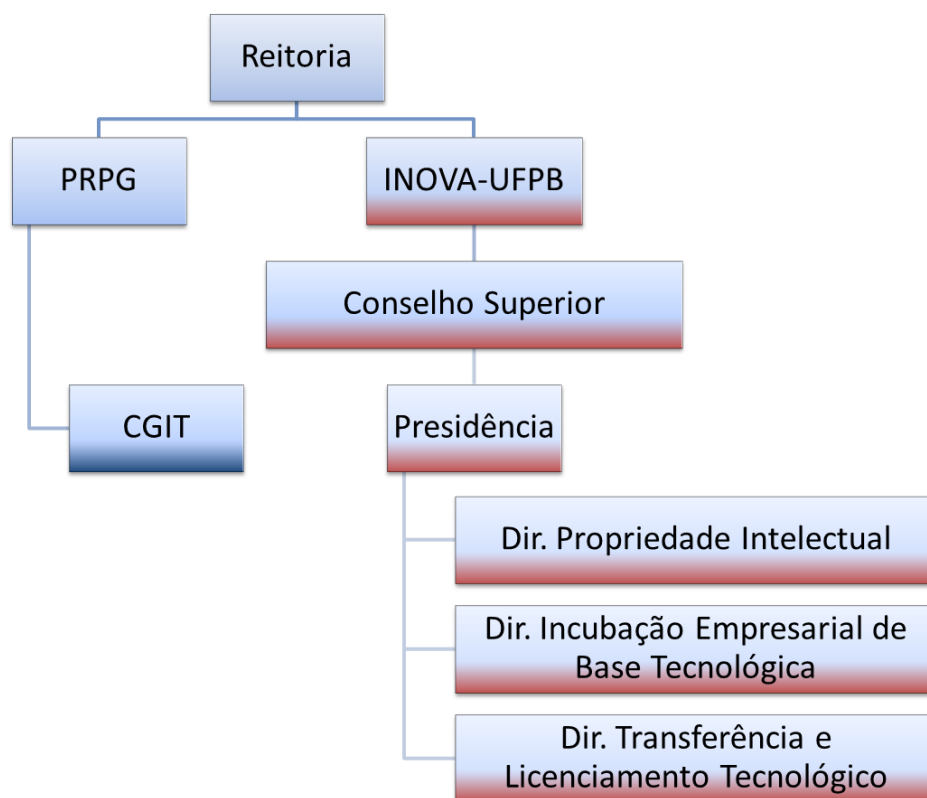
No segundo período de 2013, além das participações e promoções de outros eventos, a CGIT esteve à frente, juntamente com o IDEP-UFPB, do I Workshop de Integração Universidade-Empresa (21 e 22 de outubro de 2013). O evento contou com mais de 150 inscritos (com média de 100 participantes por turno) e teve como objetivo integrar e aglutinar informações estratégicas de modo a estabelecer melhor fluidez na relação entre a academia e o setor empresarial em matéria de PI e inovação tecnológica na Paraíba. Um evento como esse permitiu que empresários tanto apresentassem seus casos de sucesso e suas demandas tecnológicas, como, por parte da academia, fossem apresentados os pesquisadores e inventores (além dos seus inventos) e suas “expertises” para criar ou desenvolver novas tecnologias para sanar problemas industriais.

No final de 2013, mais precisamente no dia 12 de dezembro de 2013, o Conselho Universitário da UFPB aprovou a criação da Agência UFPB de Inovação Tecnológica (Resolução 41/2013) como órgão suplementar dessa universidade e com missão de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de: incubação de empresas de base tecnológica, PI, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela instituição. A INOVA-UFPB, como é denominada simplificada, é composta por um Conselho Superior e uma Diretoria Executiva. Esta última composta, além da presidência, por três Diretorias: a de Propriedade Intelectual; a de Transferência e Licenciamento Tecnológico; e a de Incubação Empresarial de Base Tecnológica. Nesse último caso, entendeu-se que o IDEP-UFPB poderia ficar responsável, futuramente, pela Incubadora

Empresarial de Base Clássica, ou seja, de novas empresas com produtos e processos de domínio público ou com baixo “teor tecnológico”.

A Resolução 41/2013, que criou a INOVA-UFPB, não apresentou muitos detalhes estruturais dessa Agência, nem tratou da questão do NIT-UFPB. Assim, a CGIT (que até o dia 28 de março de 2014 mantinha o NIT-UFPB) ficou inalterada em suas funções e estrutura. Tendo em vista isso, foi elaborada uma minuta de resolução da Regulamentação Interna da INOVA-UFPB que ainda está em tramitação. Se aprovada, essa resolução tratará em detalhes sobre a estrutura organizacional (ver a Figura 1) e as competências dos órgãos que compõe essa Agência.

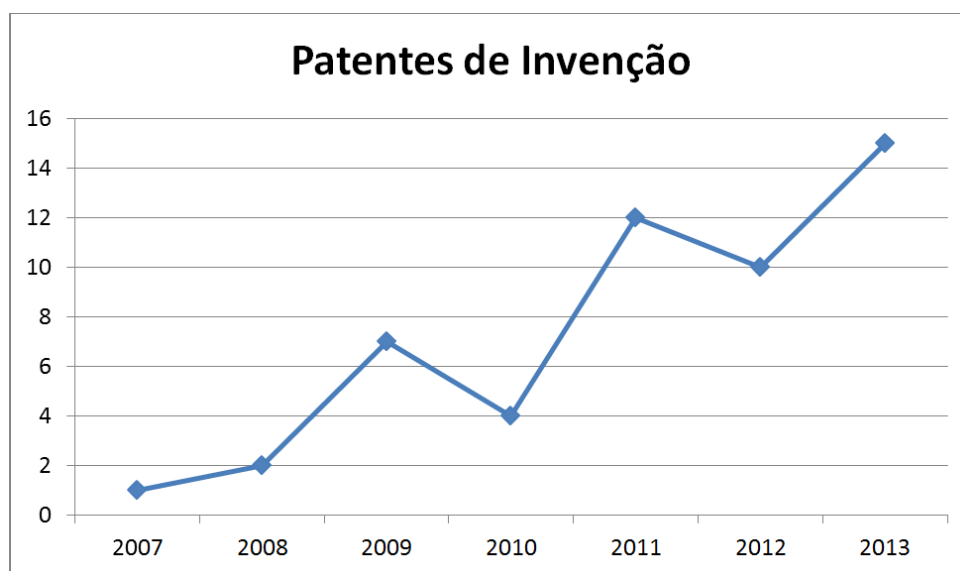
Além disso, o NIT-UFPB – conforme o Art. 26 dessa minuta – passará a ser a INOVA-UFPB. Enquanto que a CGIT ficará responsável por auxiliar a INOVA-UFPB na elaboração e manutenção de um banco de dados de especialistas para compor o Comitê de Inovação Tecnológica (CIT), bem como acompanhar as pesquisas da UFPB, auxiliando a INOVA-UFPB na supervisão da execução da política de incentivo à proteção da PI e da inovação tecnológica no âmbito dessa universidade.



Fonte: Resultado da pesquisa interna, 2014.

Figura 1 – *Organograma da Agência UFPB de Inovação Tecnológica (INOVA-UFPB).*

No que tange as proteções de “patentes de invenções”, os avanços de 2007 a 2013 podem ser vistos no Gráfico 2. No ano de 2013, foram protegidos 15 P.I., 01 M.U. e 03 Programas de Computador. Contando que até março de 2014 só foi depositado um pedido de Programa de Computador, assim, atualmente a CGIT conta com um total de: 51 P.I., 07 M.U., 05 Marcas e 21 Programas de Computador vigentes. Há outras tecnologias, porém já arquivadas definitivamente. Entre as proteções, destacam-se dois Programas de Computador com co-titularidade com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), o Modelo Operacional de Infrasing de Sistema de Informação de Custo e Gestão Aplicado ao Setor Público – SICGESP e o Modelo Operacional de Repositório de Relatório de Custo Aplicado ao Setor Público – RECASP de autoria do Prof. José Marilson Martins Dantas.



Fonte: Resultado da pesquisa interna, 2014.

Gráfico 2 – *Evolução das patentes de invenção no NIT-UFPB, de 2007 a 2013.*

Por fim, no início deste ano (2014) o NIT-UFPB passou a executar uma política de descentralização; ou seja, busca-se instalar representações em cada *campus* da UFPB. Já estão sendo estruturadas as representações nos campi de: Areia, representada pelo Prof. Djail Santos; Bananeiras, pelo Prof. Italo de Souza Aquino; e Rio Tinto, pelo Prof. Leandro Lopes Pereira. Entre as perspectivas futuras, espera-se: institucionalizar cada uma dessas representações através de Resolução (ou Resoluções) da UFPB; constituir e estruturar a Incubadora de Base Tecnológica no Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional;

estruturar a própria INOVA-UEPB; e intensificar as ações de negociação, transferência e licenciamento tecnológico para empresas nacionais e internacionais.

ⁱ Capítulo do livro "PROPRIEDADE INTELECTUAL, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NAS INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORDESTE DO BRASIL", no prelo.